

N.º 82

Lisboa, 4 de novembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Eng. CARLOS ALBERTO MATIAS RAMOS
Bastonário da Ordem dos Engenheiros
Nesta

Caro Engenheiro,

À título de informação, tenho o prazer de levar ao seu conhecimento os requisitos e procedimentos para concessão de autorização para exercício profissional a engenheiros portugueses no Brasil. Esclareço que estes são os mesmos aplicados a profissionais de engenharia, nacionais ou estrangeiros, que obtiveram diplomas ou títulos universitários em universidades estrangeiras.

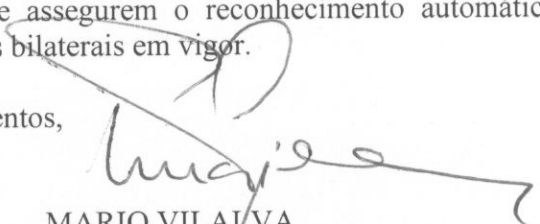
2. A legislação aplicável ao tema consiste na Lei 5.194/66 e na Resolução CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Brasil) 1.007/03. Entre os requisitos para obtenção de registro (temporário ou permanente) no Sistema CONFEA/CREA, é exigida a apresentação do diploma ou certificado de conclusão, revalidado por instituição brasileira de ensino, bem como de documentos comprobatórios do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas cursadas e da duração do período letivo. Exige-se ainda apresentação de documento que comprove a relação de trabalho entre a entidade contratante e o profissional, além de declaração da entidade contratante, especificando as atividades que o profissional irá desenvolver no País. Cabe registrar que, de acordo com o CONFEA, para a obtenção de registro temporário com validade de até 90 dias, tem sido dispensada a exigência de revalidação de diploma.

3. Quanto à revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) determina que esses sejam revalidados por universidade brasileira pública que tenha curso igual ou similar, reconhecido pelo Governo brasileiro.

4. Recentemente, a Ordem dos Engenheiros de Portugal apresentou ao CONFEA proposta de acordo de reconhecimento mútuo de qualificação profissional. Tal acordo visa à facilitação dos procedimentos para obtenção de registro para exercício profissional nos respectivos países. Recentemente, o Governo brasileiro se manifestou favoravelmente à continuidade das negociações entre as duas entidades profissionais.

5. Antecipo, por fim, que está sendo estudada a possibilidade de se firmarem convênios entre universidades dos dois países que assegurem o reconhecimento automático de diplomas de engenharia, nos termos dos acordos bilaterais em vigor.

Com os melhores cumprimentos,


MARIO VILALVA
Embaixador do Brasil em Portugal